

APRESENTAÇÃO

Mônica Thereza Soares Pechincha¹
Antônio Augusto Oliveira Gonçalves²
Sckarleth Alves Martins³

Em tempos de grandes abalos sobre alimentadas esperanças de alcançarmos condições melhores do que a que vivemos no momento, entre outras a da expansão dos direitos dos viventes em suas diferenças, nos deparamos com uma firme esperança indígena, refletida nos textos deste dossiê. Para significá-la, é preciso manter sob controle, ou sob rasura, as concepções com que contamos, como a de conhecimento, na acepção e tarefa academicamente dispostas.

Não seria sem fundamento considerarmos que o estudo dos coletivos humanos na sua diversidade se justifique, para além do acúmulo de conhecimento científico, enquanto lanterna porventura a guiar caminhos mais democráticos. Não obstante, a entrada na arena acadêmica de indígenas – de suas pessoas e de seus conhecimentos – exige maiores deslocamentos do que já foram feitos por meio destes estudos. Deslocar: a metáfora espacial é deles/as mesmos/as: a universidade como lugar a ser atingido, o lugar de fala a ser ocupado. A medida em que mais escritos indígenas são produzidos e publicados, mais vamos tomando

ciência do sentido de sua esperança e da interpelação que ela lança.

Autores/as indígenas têm nos feito saber que o acesso ao mundo acadêmico e científico, tão tardio em nosso país, é imprescindível para assegurar seus direitos, para assegurar condições melhores de vida, para lhes outorgar qualificação profissional, para potencializar a sua capacidade de se fazerem respeitados/as. Todavia, engana-se quem pensa que bastaria que eles/elas assimilassem os conhecimentos e treinamentos que a universidade oferece. Pois os escritos indígenas que procedem a reflexão de sua participação neste espaço fechado têm nos mostrado que este é sim um campo almejado, mas também de tensão e frustração.

Poder-se-ia antecipar as dificuldades que enfrentam: meios materiais para o deslocamento e permanência, o rebuscamento e hermetismo da linguagem acadêmica, o falar o português como segunda língua ou falar outras variantes do português, os estranhamentos mútuos pelo não pertencimento histórico ao espaço, as corporalidades negativamente visibilizadas ou invisibilizadas, a bagagem de formação escolar com que contam, a desculpa que a

¹ Professora da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS/UFG) e do Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social (PPGAS/UFG), Brasil.

² Doutorando em Antropologia Social pela Universidade Federal de Goiás – UFG, Brasil.

³ Doutoranda em Antropologia Social e mestra em Comunicação Social pela Universidade Federal de Goiás - UFG, Brasil.

academia lhes concede por virem de contextos de oralidade e não da escrita. Tudo isso são enfrentamentos vivenciados ao todo ou em parte por universitários/as não provenientes das classes médias urbanas. Seriam, portanto, razões do nosso senso comum. Mas as razões indígenas, embora considerem todas estas dificuldades, vão além.

Um indicador de que não basta a assimilação dos conhecimentos acadêmicos é a constatação que fazem egressos/as e estudantes indígenas de que nem tudo o que se aprende na universidade é eficaz diante das demandas de suas comunidades. A preocupação com o retorno às suas comunidades e povos é uma diferença importante que precisa ser levada em conta, pois os/as universitários/as indígenas, diferentemente dos/as não indígenas, assumem expectativas e projetos coletivos. Por seu turno, alertam autores/as indígenas que refletem sobre a formação universitária que a assimilação perfeita dos conteúdos acadêmico-científicos significaria uma captura sem volta no sentido do individualismo (assim, só teriam eficácia a este custo). Em consequência, é preciso admitir que, se os conhecimentos ofertados pela universidade são ineficazes “nas bases”, esta ineficácia advém de uma universidade que desconhece profundamente os povos indígenas, uma universidade que é, generalizadamente, alheia e cega ao real que representam.

Um/a estudante indígena de Direito pouco ou nada veria de direitos indígenas, um/a estudante indígena de Medicina nada veria das práticas de saúde indígenas, um/a estudante indígena de Agronomia pouco ou nada veria das práticas agrícolas indígenas, só para falar dos cursos por

eles/elas mais almejados pelo retorno comunitário que aporariam, e assim sucessivamente. O campo da educação indígena é pioneiro e o mais promissor nestas indagações. Não é sem importância mencionar que a educação escolar figura, desde a redemocratização do país, como um dos principais pontos da pauta de lutas indígenas, abaixo apenas da questão fundiária e, hoje, paralelo ao da saúde. A formação de professores/as indígenas despontou como impulsionadora da formação universitária indígena e acolhe grande parte de seus/suas acadêmicos/as, assim como tem favorecido, incomparavelmente aos cursos chamados regulares, a discussão da interculturalidade. As licenciaturas interculturais indígenas e outros poucos cursos específicos ofertados para indígenas em universidades brasileiras têm se disposto mormente a deslocamentos pedagógicos, metodológicos e disciplinares mais radicais em direção ao acolhimento das formas, práticas e saberes indígenas.

A Antropologia tem começado, no país, a receber indígenas na pós-graduação. Se, na universidade, a Antropologia é o campo disciplinar que indiscutivelmente acumula vastíssimo corpus de conhecimento sobre os povos indígenas, no entanto vem sendo, ela mesma, inflexionada pela meta-antropologia realizada por antropólogos/as indígenas, que nela identificam uma indesejável roupagem ocidentalizante por sobre os saberes indígenas.

As dificuldades enfrentadas por indígenas na universidade acima arroladas, assim como a desatenção ou minimização do que eles/elas vêm escrevendo, mais que tudo dizem respeito a uma história ou um padrão repetitivo de

desrespeito e inferiorização que vivenciam e, em consequência, à descrença quanto aos saberes indígenas, a um horizonte absoluto de individualismo, ao total bloqueio acadêmico à consideração dos afetos. Contra tudo isso se contrapõem os escritos indígenas deste dossiê.

A chamada deste dossiê se propôs a reunir trabalhos de autores/as indígenas que apresentassem seus saberes, práticas, artes e poéticas, a partir de escritos e outras formas de relatar o pensamento e fazeres indígenas. Como resultado, a coletânea de artigos que ora publicamos nessa edição da Revista Emblemas apresenta grande diversidade de forma e extensão dos textos, escritos por autores/as em diferentes graus de formação superior e na pós-graduação: um doutor em Antropologia, um doutorando em Antropologia, três mestrandos/a em Antropologia, uma graduada em Educação Intercultural, uma graduanda em Psicologia, duas graduandas em Direito e uma graduanda em Serviço Social. Há também, considerável diversidade étnica representada no dossiê, cujos/as autores/as vêm de povos diferentes: Apurinã, Wapichana, Apyãwa (Tapirapé), Wauja, Pýhcop'catiji e Creepym'catij (Gavião/Timbira), Karajá, Xakriabá.

O fato de os textos reunidos no dossiê correlacionarem-se a processos de pesquisa mais longos ou em iniciação reflete-se na sua forma. Todavia, e não fortuitamente, revelam grande transversalidade em seus objetivos e grandes deslocamentos: seja porque seus/suas autores/as o fazem declaradamente em defesa de suas epistemologias e de autoria na produção de conhecimento sobre seus povos, seja na eleição dos temas sobre os quais

discorrem, cuja relevância delas advém; seja no diálogo ou confronto com a maneira como são abordados em textos acadêmicos e vistos ou invisibilizados nas suas lutas políticas e na universidade.

Refletem, ademais, não apenas pontos de vista específicos, mas também demandas, formulações e práticas de diferentes coletivos, eles mesmos implicados na busca de cada autor/a por formação universitária.

Francisco Apurinã se moveu da aldeia Kamikuã às margens do rio Purus, no Acre, para cursar mestrado e doutorado em Antropologia em Brasília-DF, na Universidade de Brasília-UnB, onde defendeu sua tese em 2019. Deylane Barros Timbira, por sua vez, partiu dos povos Pýhcop'catiji e Creepym'catij, no Maranhão, graduou-se em História pela Universidade Federal do Tocantins-UFT, em Porto Nacional-TO e atualmente é aluna do mestrado em Antropologia na Universidade Federal de Goiás-UFG, em Goiânia-GO. Eriki Aleixo, que pertence à comunidade Serra do Truarú, em Roraima, graduou-se em História pela Universidade Federal de Roraima-UFRR, em Boa Vista-RR, é mestre e doutorando em Antropologia pela Universidade Federal do Amazonas-UFAM, em Manaus-AM. Koría Tapirapé saiu da aldeia Tapiitãwa, na Terra Indígena Serra do Urubu-Branco, no Mato Grosso, para graduar-se em Licenciatura Intercultural pela Universidade Estadual de Mato Grosso-UNEMAT, em Nova Xavantina-MT e, agora, para fazer o mestrado em Antropologia na Universidade Federal de Goiás-UFG, em Goiânia. Autaki Waurá saiu de sua aldeia no Parque Indígena do Xingu para se graduar no curso de Educação Intercultural

da Universidade Federal de Goiás-UFG, em Goiânia, onde hoje é aluno do mestrado em Antropologia. Drika Xakriabá, Danielle Predi, Juvana Santos e Edileia Oliveira deixaram suas aldeias, na região de São João das Missões-MG, para cursarem, respectivamente, Psicologia em Catalão-GO, Educação Intercultural em Goiânia-GO, Direito e Serviço Social na Cidade de Goiás-GO, todas pela Universidade Federal de Goiás-UFG. Adriana Uassuri de Souza, saiu da aldeia karajá Buridina, em Aruanã-GO, para cursar Direito na Universidade Federal de Goiás, na Cidade de Goiás-GO.

Parte dos textos deste dossiê se valem da oportunidade de reiterar que é na escrita no papel que os/as indígenas muitas vezes encontram um canal de visibilização, não sem violências epistemológicas, com nas universidades e nos seus programas de pós-graduação. A escrita, instrumento de mão dupla: é através dos contornos da tinta no papel que se autoriza a criação de hidrelétricas em territórios ancestrais, se facilita a atuação de madeireiros e latifundiários e se diz quais vidas merecem ser vividas. Ao revés, é também através do papel e da caneta que autores/as desta coletânea reverberam o argumento dos movimentos indígenas de que a escrita é uma arma a favor das lutas indígenas por demarcações territoriais, por educação escolar indígena e suas propostas de novas formas de práticas pedagógicas e conteúdos, e que a entrada de estudantes nas universidades nos obriga a revermos nossos esquemas de saber.

Os textos também mostram que o protagonismo indígena não se fecha à diferença, pelo contrário, a incorpora,

captura os meios de opressão a ponto de torná-los estratégia de luta. A rigidez das leis e da palavra impressa parece ser desfeita pelo mesmo mecanismo que lhe garante legitimidade. Assim como a presença de indígenas na universidade converte-se em tática de defesa necessária.

Outra evidência de relação não acidental entre os textos está na preferência por referenciar autores/as e falas indígenas, seja tomados em escritos acadêmicos, documentos indígenas, entrevistas.

Não menos importante, aparece como preocupação transversal à maioria dos textos do dossiê a contraposição à relutância do mundo acadêmico em absorver formas outras de construção de conhecimento, tais como a continuidade do conhecimento que passa nas pessoas, pelas pessoas, por meio de pessoas que se relacionam e aprenderam com outros seres, humanos e não humanos, sem necessariamente se pautarem em regimes do chamado saber objetivo, materializado em bibliotecas e livros. Parte destes escritos insistem em fazer entender que os saberes indígenas se articulam a múltiplos seres e práticas: aos anciãos, aos rezadores e pajés, aos guias espirituais da mata, aos rituais de reclusão, às subjetividades dos artefatos.

Abrindo este volume da *Emblemas*, contamos com o texto “Um olhar sobre o cosmos a partir da perspectiva indígena e as consequências da fricção entre os humanos e os não humanos”, de Francisco Apurinã. O autor parte da ideia ocidental da divisão entre natureza e cultura, e da constatação da eminente problematização antropológica desta divisão, sublinhando o papel que jogou na definição de um conceito

de humanidade. Dialoga com a “ciência do concreto” de Lévi-Strauss, para refutá-la diante do conhecimento e experiência do mundo indígenas. O texto de Apurinã também nos incita, subliminarmente, a problematizar o nosso próprio conceito de “mito”. O autor procede a exegese de discursos cosmogônicos indígenas, para afirmar que eles informam práticas e condutas hodiernas e, sobretudo, para alertar contra a escalada de destruição do mundo e dos seres que nele habitam.

Deylane Barros Timbira, assina o artigo intitulado “Epistemologias indígenas e a antropologia: o protagonismo de pesquisadores/as indígenas – desafios descolonizadores na contemporaneidade”. A autora discorre sobre seu encontro com discursos descolonizadores que se imprimem sobretudo através de escritos de antropólogos/as indígenas, e sobre a repercussão deste encontro em sua pesquisa em construção, acerca do ritual de iniciação e reclusão de jovens Ruurut, do povo Gavião Pýhcop catiji.

O terceiro artigo, “Reflexões de um indígena wapichana sobre o filme Ex-pajé”, escrito por Eriki Aleixo de Melo, inspira-se no olhar de Perpera, pajé do povo Pater Suruí. Eriki navega entre o documentário de Luiz Bolognesi e as lembranças do seu tio Erasmo Ângelo, único rezador ainda vivo na sua comunidade. O autor repugna as consequências da demonização de práticas indígenas, ao tempo em que vislumbra e convoca a resistência.

Com autoria de Koría Tapirapé, o texto “Obstáculos e possibilidades na vida acadêmica” reconta parte do percurso do autor ao decidir ingressar no Programa de Pós-

Graduação em Antropologia Social da UFG. Seu ensaio não só fornece pistas pedagógicas a professores/as não indígenas interessados/as em assumir a interculturalidade plena em suas práticas – para além da mera presença de alunos/as indígenas na sala de aula – como está crivado de afetividade, levando-nos a redimensionar o sentimento de saudade, assim como o valor da solidariedade.

Em “Revisitando a arte de fiação wauja: algodão, beleza e saúde”, Autaki Waurá justifica a importância da escolha de seu tema de pesquisa de mestrado, a fiação de algodão, tão singelo aos olhos dos não indígenas, assumindo distância epistemológica indígena na definição de seus objetivos de estudo e confirmando o compartilhamento comunitário nesta escolha. Além de alertar para a gravidade em se “perder a própria cultura”, Autaki vai nos mostrando as concepções Waujá do belo, do saudável e do educado, assim como a dimensão espiritual indissociável dos objetos, da ética e da estética de seu povo.

No sexto artigo, denominado “Arte, artesãos Xakriabá e os meios de comercialização”, Danielle Predi Xakriabá descreve técnicas e seu aprendizado no fabrico da cerâmica xakriabá. A autora se vale dos relatos de um artesão xakriabá, descrevendo formas de coleta do barro, práticas de moldura e pintura das peças, que são objetos de comercialização, mas também de dádiva, e reitera a ligação entre objetos e a identidade do povo que os gera.

Adriana Santiago Oliveira (Drika Xacriabá), em seu texto “Juventude Xakriabá demarcando espaços na universidade: trajetória de luta e resistência”, mostra que a

educação escolar e a entrada dos Xakriabá no ensino superior compõem as estratégias de luta e resistência de seu povo, de “demarcar” espaços historicamente negados aos indígenas. Ao passo em que ressalta a organização e a participação ativa da juventude xakriabá nas lutas de seu povo, adentra o problema dos afetos, nas dificuldades com que esses/as jovens se deparam na universidade e como esta experiência repercute em sua saúde mental.

Adriana Uassuri de Souza, Juvana dos Santos e Edileia Oliveira, no artigo “A mulher indígena e o protagonismo da sua própria história de luta e resistência”, têm por tema a questão de gênero entre indígenas, observam a inserção histórica das mulheres nas lutas indígenas, assinalam a unificação de mulheres, homens, crianças, jovens e anciãos/ãs nessas lutas, e tomam depoimentos de mulheres líderes reconhecidas de quatro etnias.

A maioria de autores/as deste dossiê são alunos/as da Universidade Federal de Goiás-UFG, que, por vezes, aparece implicada nas suas análises, nas quais transcorrem “possibilidades e obstáculos” (Koria Tapirapé), que se conjugam diferencialmente nas trajetórias de alguns/as autores/as, tal como se entrevê nos artigos de Delayne, Koria e Autaki. Drika Xacriabá, estudante de graduação, única autora “conterânea” da *Emblemas*, por assim dizer, escreve também com base em sua inserção universitária na UFG em Catalão-GO.

O povo com maior número de autoras representantes é o Xakriabá. Drika juntamente com Danielle Predi, Juvana Santos e Edileia Oliveira deixam impressa nas páginas da

Emblemas a força política das mulheres xakriabá. Apesar estarem cursando formações acadêmicas tão diversas, se vê na variedade dos temas de seus escritos, das artes à demarcação dos lugares, passando pelo protagonismo dos jovens indígenas, uma maneira de pensar a política e enfrentar os embates própria ao seu povo.

Enquanto propositores/as do dossiê, fez parte das nossas escolhas abrir caminhos para os/as estudantes indígenas demarcarem seus espaços no universo das revistas no Brasil, em que se concentram, na maioria das vezes, publicações de pós-graduandos/as não indígenas e dentro de normas limitantes quanto à dimensão de páginas e o caráter das produções. Aqui estão reunidos desde desdobramento de tese a construção de futuras dissertações, composições feitas a partir do olhar indígena sobre documentários, depoimento de experiências, manifestos e protestos. Em meio à diversidade de temas, áreas e níveis de formação dos/as autores/as e a própria natureza variável das narrativas do dossiê, os artigos trazem os saberes indígenas, o ponto de vista de lideranças, de mulheres e homens, da juventude e os desafios contemporâneos que eles/elas têm se colocado nas aldeias, nos movimentos sociais, centros urbanos e nos bancos das universidades.

Observamos, por fim, sobre a grafia de etnônimos, que embora a Etnologia adote em escritos acadêmicos o uso em maiúsculas quando na função de substantivo e em minúscula na função de adjetivo, decidimos manter a forma que lhes deram os/as autores/as indígenas, respeitando, nos casos em que não ocorreu tal distinção, o gesto

epistemológico que configura. Optamos também por manter as apresentações dos/as autores/as nas notas de rodapé, na primeira página de cada artigo, conforme elas/elas as redigiram, sem enquadrá-las num mesmo padrão.

Agradecemos aos autores e autoras pelas contribuições e desejamos a todos/as uma auspiciosa leitura dos artigos reunidos no dossiê “Autorias indígenas”.